

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE

Brena Kessia Moraes da Silva¹

Rosalina Semedo de Andrade Tavares²

RESUMO

Essa pesquisa analisou a influência das políticas públicas para crianças com deficiência no município de Redenção-CE, com o objetivo de entender como essas políticas de inclusão contribuem para o desenvolvimento das crianças. A natureza da pesquisa é quali-quantitativa. Os dados foram coletados através da aplicação de questionários, um destinado a professores e cuidadores que obteve 44 respostas, e o outro para pais e responsáveis obtendo 20 respostas. Os resultados indicam que o Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado e o Plano Educacional Individualizado representam avanços importantes para a inclusão e desenvolvimento dessas crianças. Contudo, ainda existem obstáculos que precisam ser vencidos. O estudo conclui que o município apresenta avanços significativos, mas é preciso melhorar a estrutura física das escolas, priorizar a capacitação de cuidadores e professores, e melhorar a comunicação entre escolas e famílias. Assim, a inclusão se concretiza de forma plena e equitativa nas escolas municipais de Redenção.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação inclusiva. Crianças com deficiência. Redenção-CE

ABSTRACT

This research analyzed the influence of public policies for children with disabilities in the municipality of Redenção-CE, aiming to understand how these inclusion policies contribute to the children's development. The research is of a mixed-methods (qualitative and quantitative) nature. Data were collected through questionnaires, one for teachers and caregivers (44 responses) and another for parents and guardians (20 responses). The results indicate that the Specialized Pedagogical Support Center and the Individualized Educational Plan represent

¹ Discente do curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

² Orientadora Prof. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares, docente no curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

important advances for the inclusion and development of these children. However, there are still obstacles that need to be overcome. The study concludes that the municipality has made significant progress, but it is necessary to improve the physical structure of schools, prioritize the training of caregivers and teachers, and improve communication between schools and families. In this way, inclusion can be fully and equitably achieved in the municipal schools of Redenção.

Keywords: Public policies. Inclusive education. Children with disabilities. Redenção-CE

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo verifica a influência das políticas públicas para crianças com deficiência no município de Redenção. Sabe-se que crianças e famílias atípicas enfrentam desafios como por exemplo: falta de adaptação na estrutura física das escolas, ausência de atividades adaptadas e escassez de professores que saibam lidar com essa diversidade. Em alguns casos, para que o aluno consiga ir e permanecer na escola as mães precisam deixar seus compromissos de lado para auxiliar seus filhos porque a cidade carece de profissionais especializados. A lei brasileira de inclusão de nº13.146/2015 assegura e promove igualdade de oportunidades, ou seja, mesmo com suas dificuldades todas crianças têm o direito de se desenvolver (Brasil, 2015).

Redenção tem o Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado que deve ajudar no suporte técnico das escolas, contribuir para a inclusão de crianças com deficiência, auxiliando os professores com materiais adaptados, oferecendo formações que ajudam para a aprendizagem dessas crianças e contribua para a aproximação entre escola e família. Existe também o Plano Educacional Individualizado que deve permitir o acompanhamento de alunos de forma individual com atividades adaptadas, levando em conta o potencial, limite e o grau de desenvolvimento. Mesmo com esses ganhos para a educação inclusiva, muitas escolas não têm salas climatizadas, adaptadas e piso tátil. É necessário reconhecer e colocar em prática os direitos previstos nas leis.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a influência das políticas públicas para crianças com deficiência no município de Redenção-Ce. Essas políticas melhoram o desempenho escolar dessas crianças? De forma mais específica pretende-se estudar as políticas inclusivas já

existentes, perceber e criar oportunidades. Pretende-se também, perceber os principais desafios que escolas, professores e famílias encontram para efetivar as políticas de inclusão.

O intuito é oferecer materiais que facilitem o acesso para os gestores públicos e educadores terem conhecimento da realidade das escolas municipais de Redenção, pois as escolas precisam ser inclusivas, equitativas e capazes de fornecer subsídios para o desenvolvimento de cada criança de acordo com as particularidades. Depois de perceber os avanços e desafios, espera-se incentivar as ações de investimento em pessoas capacitadas e melhorias na estrutura do ambiente escolar.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa tem origem qualitativa e quantitativa (quali-quant), com o foco em analisar a influência das políticas públicas destinadas às crianças com deficiência nas escolas municipais de Redenção. A metodologia foi realizada juntando dados qualitativos e quantitativos. Esse método permitiu uma profunda análise sobre o impacto e importância dessas políticas para o avanço do desenvolvimento dessas crianças. A Natureza da pesquisa é exploratória e descritiva buscando conhecer percepções e dados objetivos para descrever a importância dessas políticas para o avanço das escolas

A Base teórica deste trabalho foi construída a partir da revisão bibliográfica. Foi realizada através da leitura e análise de livros, artigos científicos e outras produções acadêmicas importantes. As fontes foram escolhidas de acordo com sua relevância ao assunto e retiradas de repositórios confiáveis, como o da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Além de plataformas digitais como SciELO e Google Acadêmico. Essa base teórica possibilitou uma profunda compreensão do tema que está sendo estudado.

A pesquisa foi realizada no período de fevereiro a outubro do ano de 2025, envolvendo pais, responsáveis, professores e cuidadores que trabalham nas escolas do município de Redenção, a pesquisa foi elaborada em instituições da zona urbana e instituições da zona rural. Entre as escolas participantes, estão: Manoel Saraiva de Sousa, Sebastião José Bezerra, Doutor Edmilson Barros, CEI Pedro Fernandes, Maria Augusta Russo dos Santos, Antônio Barbosa, Terto Venâncio, Francisco Januário da Costa e Neide Tinôco. A alta participação dos participantes mostra o interesse e a importância do tema para a comunidade escolar do município de Redenção. Para coletar dados abrangentes e organizados, foram aplicados

questionários estruturados que abordaram aspectos importantes como a disponibilidade de espaços adaptados, de professores especializados e o impacto das políticas públicas para crianças com deficiência.

3 DESCRIÇÃO DA CIDADE ESTUDADA, REDENÇÃO-CE

Redenção é um município localizado no estado do Ceará, a uma distância de aproximadamente 64km da capital de Fortaleza, pertencente ao município de Baturité. Sua altitude média é de 88 metro e a área é de 225,62 km². De acordo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população estimada é de 27.358 habitante e a densidade demográfica de 117,11 hab/km², apresenta um clima quente e subúmido. Redenção tem grande relevância histórica por ter sido o primeiro município brasileiro a libertar os seus escravos, fato que lhe concedeu o nome simbólico de “Redenção”. Esse fato, lhe concedeu esse nome histórico e marcante. Antes denominada de Vila do Acarape nome de origem tupi-guarani, “acará” significa peixe e “pe” significa caminho, ou seja, caminho dos peixes, depois da abolição dos escravos passou a ser chamada Redenção. A cidade apresenta características urbanas e rurais, com economia voltada principalmente para o comércio local, agricultura e serviços. A escolha de Redenção como campo deste estudo justifica-se por sua importância histórica, social e educacional, que a torna um espaço representativo para a análise proposta nesta pesquisa. A cidade conta com 24 escolas públicas municipais distribuídas nas zonas rural e urbana abrangendo desde o infantil II até o 9º ano do ensino fundamental, 2 escolas particulares que vão do ensino primário ao nível médio e 4 escolas públicas estaduais de nível médio.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4. 1 Conceito de política pública

As políticas públicas podem ser entendidas como vários atos do Estado com o objetivo de resolver os problemas dos cidadãos. Dye afirma que ações e omissões do Governo também podem configurar política pública pois geram um impacto para a sociedade. (apud Heringer, 2018, p.33). Isso significa que as atuações podem gerar um impacto negativo quando o poder público escolher fingir que não está vendo o problema. As intervenções do Estado também são conceituadas como políticas públicas. Elas têm o objetivo de garantir os benefícios de determinados grupos sociais. Esses grupos muitas vezes são excluídos da sociedade. As

políticas funcionam como instrumentos de poder dando oportunidade para que as minorias consigam se desenvolver e de transformação social beneficiando e distribuindo recursos para de fato precisa (Lasswell, 1958).

O pensamento desses dois autores se relaciona pois eles acreditam que as políticas públicas podem impactar o cotidiano dos indivíduos. Dye chama atenção para omissão que o Estado muitas vezes escolhe fazer, mesmo que essa decisão prejudique o desenvolvimento de alguém. E o autor Lasswell chama atenção para a necessidade do estado em garantir que as minorias tenham os mesmos direitos através da equidade.

As políticas públicas voltadas para educação inclusiva são fundamentais para garantir os direitos e combater as desigualdades dentro das escolas. Nesse contexto, o poder público precisa perceber a importância de escolas capazes de reconhecer as particularidades de crianças com deficiência e ensinar os alunos de maneira que ele consiga apreender e captar os conteúdos dados em sala de aula. Portanto, é de responsabilidade do Estado assegurar que as escolas atuem de forma proativa e inclusiva e não se omitem ao receber estudantes com deficiência, sendo capaz de garantir um tratamento justo e equitativo.

David Easton afirma que as políticas públicas estão inseridas no campo das políticas públicas. O autor argumenta que o sistema político funciona como um processo dinâmico de entradas e saídas das demandas da sociedade, as necessidades, reivindicações e pressões da sociedade são consideradas inputs “entradas” que, ao serem processadas pelas instituições governamentais, resultam em outputs “saídas” que, facilitam a tomada de decisão. Nesse contexto, as políticas públicas não se desenvolvem de forma isoladas, mas é uma resposta do Estado para a comunidade. Assim sua análise ajuda a entender que as políticas públicas são instrumentos de mediação entre a sociedade e o Estado, refletindo tanto as demandas coletivas quanto aos limites do poder público (David Easton, 1953)

Complementando o estudo, Rua contribui para o entendimento do tema afirmando que política pública é um conjunto articulado de decisões e ações voltadas à resolução dos problemas da sociedade. Destacando que essas políticas são resultadas de processos complexos, na qual existem atores governamentais e não governamentais. Esses, disputam os interesses e constroem consensos. Para a autora, a formulação e a implementação de políticas públicas devem ser entendidas como espaços democráticos, em que o Estado assume o papel de mediador

entre diferentes demandas sociais, visando à promoção do bem comum (Maria das Graças Rua, 2012).

4.2 Legislação e marcos legais para educação inclusiva no Brasil

No passado, pouco ou de nenhuma forma falava-se em educação inclusiva, pois era visto como algo irrelevante. Com o passar do tempo muitos avanços foram conquistados, mas não foi uma tarefa fácil. Essa evolução é consequência de muitas lutas sociais, políticas e jurídicas. Hoje, existem muitas leis que garantem os direitos das crianças com deficiência.

A constituição federal de 1988 no Art. 208 inciso III, afirma que o Estado deve garantir, “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (Brasil, 1988). Desse modo, é direito dos alunos das escolas municipais terem professores preparados e que reconheçam que alguns precisam ter uma orientação específica e que usufruam de materiais adaptados conforme a necessidade.

A Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional (LDB) aprovada em 1996 no artigo 58, §1º estabelece que “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (Brasil, 1988). Isso significa que é direito das crianças com deficiência receber atendimento de acordo com sua especificidade, se o aluno entra em crise e se desorganiza é direito ter um profissional que saiba lhe ajudar com métodos eficazes de acordo com sua necessidade.

O artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 afirma que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Brasil, 2001). Desta forma, os alunos com deficiências devem ser tratados de forma singular, além de estar matriculado a criança deve ser amparada para conseguir permanecer em sala de aula, ou seja, a presença do aluno com deficiência na escola não é suficiente pois é preciso garantir que ele aprenda, participe e se desenvolva.

Em algumas instituições de Redenção como na escola Maria Augusta dos Santos e Sebastião José Bezerra, existem salas especializadas para atender as crianças com deficiência. Em 2008, o Ministério da educação (MEC) estabeleceu diretrizes através da Política Nacional

de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirmando que a escola deve se adaptar ao aluno conforme suas necessidades, e não o contrário. Ela também motiva a criação de salas de recursos multifuncionais (Brasil, 2008).

Independentemente da idade, as crianças devem receber a melhor educação. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência foi aprovada em 2015 também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei é uma das mais atuais e consolida os direitos das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida (Brasil, 2015).

O Brasil tem leis importantes para o avanço da educação. As crianças e famílias de crianças atípicas já ultrapassaram muitos obstáculos, mas ainda tem muito para lutar. A teoria e a prática são realidades distintas. Enquanto a lei ampara esses alunos, eles faltam aula quando não tem cuidador ou quando o profissional não é preparado para lidar com aquela deficiência.

4.3 Educação inclusiva para crianças com deficiência

Uma criança com deficiência seja ela qual for, cadeirante, autista, cego ou surdo elas devem participar das atividades escolares, sem discriminação. A Constituição Federal de 1988 no seu Art. 205. afirma “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). O Estado deve ter iniciativas que garantam que todos os alunos atípicos consigam acessar e permanecer em sala de aula, com salas adaptadas e professores especializados em educação inclusiva.

As crianças com deficiência têm o direito de receber uma educação que contribua com seu progresso em sala de aula, com atividade do seu nível e que seja capaz de contribuir para sua aprendizagem e não somente fazer porque tem que fazer, deve de eficiente. A Lei 13.146/2015 no seu Art. 28, ins. II. afirma que deve ao Estado “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (Brasil, 2015). De modo, o Estado deve fornecer capacitação para que os professores consigam ajudar essas crianças, oferecendo estrutura adequada para que esses alunos consigam estar em qualquer escola evitando um sentimento de

exclusão. A mesma lei no Art. XII estabelece como direito da criança com deficiência “oferta de profissionais de apoio escolar” (Brasil, 2015). Em redenção, muitas mães e pais, reivindicam por esse direito, pois mesmo sendo lei, muitos alunos ficam desamparados pela falta desses profissionais, prejudicando seu desenvolvimento escolar.

4.4 Políticas públicas de inclusão para crianças com deficiência

É importante que exista compromisso político, gestores e governantes devem se dedicar à inclusão, sem responsabilidade as políticas públicas correm o risco de ficar apenas no papel. Muitos alunos com deficiência se matriculam, mas não frequentam a escola, tendo como consequência déficit de aprendizagem. Maria Teresa Eglér Mantoan é professora universitária e referência no Brasil em educação inclusiva. Ela tem contribuído para o entendimento da relevância das políticas públicas para as crianças com deficiência. Ela afirma: “Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir...a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial.” (Mantoan, 2003, p. 31). Para a efetividade das políticas públicas inclusivas, além da matrícula os professores devem ser capazes de reconhecer o nível de aprendizagem de cada um, para passar atividades adaptadas e especializadas contribuindo para o progresso do aluno, dessa forma ele está sendo incluído e não discriminado. A autora ainda afirma que muitos professores se sentem despreparados para lidar com a diversidade e isso pode dificultar a inclusão. Por esse motivo, é preciso investir na formação contínua e formação de professores qualificados para que eles possam adotar novas metodologias e realizarem adaptações pedagógicas, acolhendo assim, todos os estudantes de maneira inclusiva e respeitosa, e não se pode deixar essa formação contínua de lado. O professor, também deve estar atento a maneira que está aprendendo, refletindo e desenvolvendo metodologias para aprimorar o ensino se adaptando às necessidades atuais (Mantoan, 2003).

Uma criança está incluída de forma plena na sociedade quando ela está inserida em todas as áreas da vida social. Para Sassaki a inclusão é um processo que demanda a articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social. Ou seja, esses setores devem atuar em conjunto atendendo as demandas das crianças sem deixar que suas necessidades de remédio, consultas, psicólogos, professores especializados, transporte escolar adaptado, entre outros. Para que esse resultado seja eficiente, deve haver menos burocracias e mais recursos

disponibilizados para beneficiar a população que precisa desses serviços. As políticas públicas devem funcionar de forma integrada para facilitar o processo de inclusão (Sasaki, 2002).

No mesmo sentido, a falta da comunicação entre essas políticas, ausência de formação contínua para profissionais da educação e falta de investimento na infraestrutura e em materiais pedagógicos configura como desafio para educação inclusiva no Brasil. Esses elementos dificultam que essa política atue como elemento de transformação social, como consequência ela permanece como retórica nos discursos oficiais (Aranha, 2016). A burocracia frequente da gestão pública dificulta a aplicação das políticas inclusivas de forma efetiva, mostrando a necessidade de existir uma gestão mais articulada e menos burocrática. As demandas reais dos alunos como políticas de acesso e permanência nas escolas regulares de qualidade devem ser priorizadas (Américo, Carniel e Takahashi, 2014). Essa realidade é possível, pois as Leis já existem, mas, precisam de fiscalização para que ocorra na prática o que está no papel.

A contribuição desses autores é extremamente fundamental para entender que não basta ter leis e diretrizes sobre políticas públicas para crianças com deficiência, mas é preciso que elas sejam executadas. Para acontecer a inclusão é necessário ações intersetoriais, de investimento na estrutura física e de investimento em formação dos profissionais que atuam diretamente com essas crianças. A falta de integração entre saúde, educação e assistência social junto com a burocracia impede que essas políticas atendam com eficácia essas crianças. Portanto, a educação inclusiva não exige apenas avanços dos marcos legais, mas precisa do compromisso do poder para trazer para a realidade essas políticas inclusivas, garantindo o direito de aprender e de se desenvolver de todas as crianças.

4.5 Políticas Públicas para a Educação Inclusiva no Município de Redenção - CE

Mesmo com as leis que protegem os direitos das crianças com deficiência, a cidade de Redenção-Ce passa por dificuldades para atender as demandas desses alunos. O Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado, o Plano Educacional Individualizado e o Atendimento Especializado Individualizado auxiliam no desenvolvimento intelectual e motor dessas crianças. Contudo, as políticas de inclusão precisam se expandir para que esses serviços consigam abranger a todos com mais velocidade. Todas as crianças com deficiência têm direito a um cuidador em sala de aula de acordo com o estatuto da pessoa com deficiência que oferece

suporte necessário para seu desenvolvimento escolar e convívio social, mas essa assistência não é efetiva pois o quadro de cuidadores precisa ser ampliado para que todas as crianças que precisam possam ser beneficiadas com essa política. Ademais muitos cuidadores não recebem treinamento suficiente para contribuir ainda mais para o progresso desses alunos.

Além da ausência desses cuidadores, muitas crianças com deficiência não conseguem consultas com profissionais especializados como terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos assim que precisam por conta da carência desses profissionais. Para uma criança ser atendida é preciso esperar por meses na fila de espera. A acessibilidade física também é um problema para ser resolvido com urgência nas instituições escolares, pois faltam rampas de acesso, banheiros adaptados e sinalizações táteis, contrariando a lei brasileira de inclusão de nº13.146/2015, tornando-se barreira para autonomia e segurança desses estudantes. Essas limitações estruturais evidenciam uma lacuna significativa entre a legislação e a prática cotidiana.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

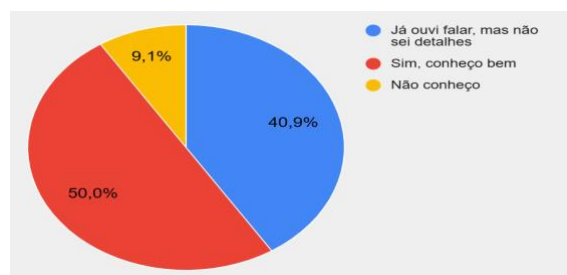
Neste tópico, serão apresentados os resultados a partir da pesquisa, junto com a análise correspondente desses dados. O foco do estudo é analisar a influência das políticas públicas para crianças com deficiência. Para isso, foram aplicados dois questionários. Um foi destinado aos profissionais onde participaram 16 professoras, 6 professores, 17 cuidadoras, 5 cuidadores e outro para os responsáveis pela criança onde responderam, 13 mães, 1 pai, 3 avós, 1 avô e 2 eram “outros responsáveis”

Entre os profissionais, todos são atuantes na educação, a maioria dos participantes são do gênero feminino e trabalham na educação infantil e no fundamental I, com o nível de escolaridade variado, 31,8% têm pós-graduação, 25% têm graduação completa, 25% ainda cursam a graduação e 18,2% têm o ensino médio completo. No grupo dos pais e responsáveis, também prevalecem participantes do gênero feminino. Residem em localidades da zona urbana e da zona rural do município de Redenção-ce. Trabalham na educação, agricultura, saúde, em casa, supermercado, entre outros. 60% têm o ensino médio completo, 20% não concluíram o ensino médio, 15% estão na graduação e apenas 1% tem a graduação completa.

5.1 Resultados obtidos junto aos professores e cuidadores

5.1.1 Compreensão dos profissionais sobre políticas de inclusão

Figura 1 - Conhecimento sobre políticas públicas entre professores e cuidadores



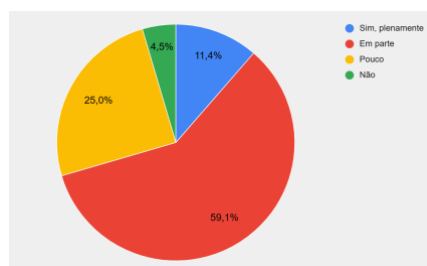
fonte: dados da pesquisa

Quando os professores e cuidadores foram questionados se conheciam os programas de políticas públicas para inclusão de crianças com deficiência 22 participantes alegaram que conhecem bem essas políticas, 18 conhecem de forma superficial, sem saber os detalhes e 4 quem não conhecem de forma nenhuma, mostrando que é preciso debater mais sobre essa temática. Contudo, afirmaram que essas políticas não chegam às escolas de forma prática.

Mesmo existindo ações do município, ainda existem falhas de divulgação e na comunicação, pois muitos não conhecem tal prática. Esse resultado dialoga com a reflexão de (Mantoan, 2002), que enfatiza a necessidade de uma gestão democrática, capaz de envolver as escolas nas decisões e no acompanhamento das políticas públicas.

5.1.2 Recursos e infraestrutura das escolas

Figura 2 - Recursos e acessibilidade disponíveis nas escolas



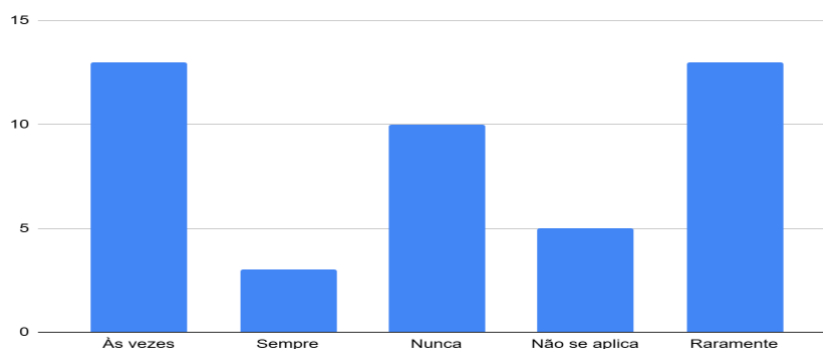
Fonte: dados da pesquisa

Através da análise dos dados muitos professores e cuidadores afirmam que as crianças são bem incluídas na turma, mas afirmam que as escolas ainda não têm espaços adaptados para atender e receber com eficiência as crianças com deficiência. Muitos afirmaram que as escolas carecem de recursos apropriados como a falta de materiais pedagógicos adaptados, profissionais de apoio e acessibilidade. A ausência de rampas, banheiros adaptados e sinalização tátil é mencionada como um obstáculo. Esse cenário reflete o que se chama de “distanciamento entre o discurso e a prática”, as legislações garantem o direito à inclusão, mas a realidade mostra as barreiras físicas e pedagógicas (Aranha, 2016). A inclusão só se efetiva quando há condições materiais e humanas que possibilitem a participação ativa dos alunos. Essa falta de suporte traz insegurança para os pais e crianças, distanciando mais ainda a criança do ambiente escolar (Mantoan, 2017).

5.1.3 Formação de docentes

Outro dado relevante está relacionado à formação continuada dos educadores. Cerca de dois terços dos professores e cuidadores afirmaram não receber capacitação específica para o atendimento de alunos com deficiência, o que torna a situação das escolas do município de Redenção preocupante. A falta de informação dificulta que todos conheçam os seus direitos. É preciso que o professor tenha preparo e sensibilidade para atender cada criança com sua particularidade. A ausência de formação específica acaba limitando a efetividade das políticas inclusivas, que muitas vezes ficam apenas no papel (Américo; Carniel; Takahashi, 2014).

Figura 3- Formação e preparo docente

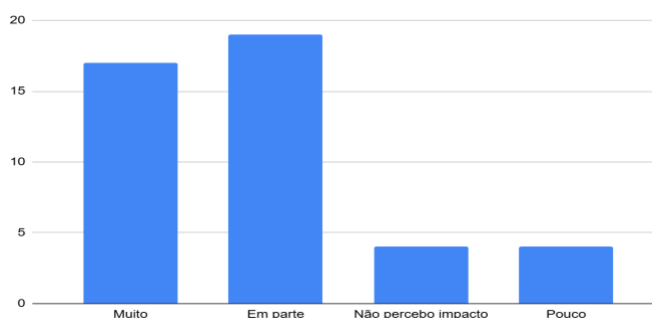


Fonte: dados da pesquisa

5.1.5 Percepção sobre a efetividade das políticas públicas

Quando questionados se as políticas de inclusão contribuem para o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, a maioria dos professores e cuidadores reconhecem avanços, mas destacaram que ainda existem lacunas significativas.

Figura 4 - Impacto das políticas públicas



Fonte: dados da pesquisa

Os professores reconhecem que as políticas de inclusão são importantes, mas destacam que não há recursos e capacitação constante. A inclusão acontece quando o compromisso político se une a práticas pedagógicas realmente transformadoras (Mantoan, 2002).

5.1.6 Percepções dos professores e cuidadores sobre a inclusão escolar

Analisando as respostas dos professores e cuidadores percebe-se que as escolas do município de Redenção carecem de estrutura adequada para crianças com deficiência, falta profissionais especializados e a necessidade de formações continuadas voltadas para educação inclusiva. Os Profissionais reconhecem os avanços, mas afirmam que as condições atuais ainda não garantem atendimento adaptado para crianças com deficiência.

Para que Redenção-Ce torne-se um município inclusivo eles sugeriram que fossem criados, salas de apoio pedagógico, as crianças usufruam de acompanhamento frequente por psicólogos e psicopedagogos, além da necessidade de contratação intérpretes de Libras. Também ficou destacado que a demanda de crianças por cuidadores é grande, necessitando que mais profissionais dessa área sejam contratados. Também foi relatado que é importante investir

em infraestrutura e capacitação docente, para que as escolas sejam mais acessíveis e acolhedoras.

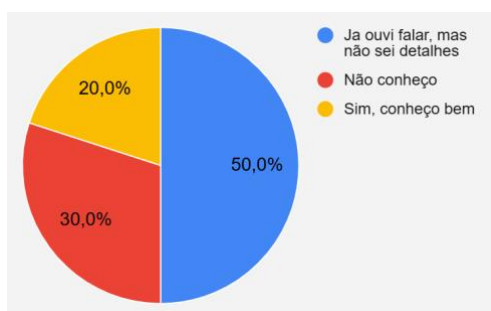
A efetividade das políticas inclusivas depende de formação contínua, estrutura adequada e comprometimento político. Assim, os professores mostram que é necessário mudar a realidade. A inclusão somente ocorrerá com investimento, diálogo e valorização dos profissionais (Mantoan, 2002).

5.2. Resultados obtidos junto aos pais e responsáveis

5.2.1 Compreensão dos pais e responsáveis sobre políticas de inclusão

Entre os pais e responsáveis, verificou-se que apenas 4 participantes conhecem com clareza as políticas públicas, 10 já ouviram falar sobre o tema de forma superficial e 6 pessoas não conhecem de forma nenhuma o que revela uma falta de comunicação entre o poder público e as famílias.

Figura 5 - Conhecimento das políticas públicas entre pais e responsáveis.



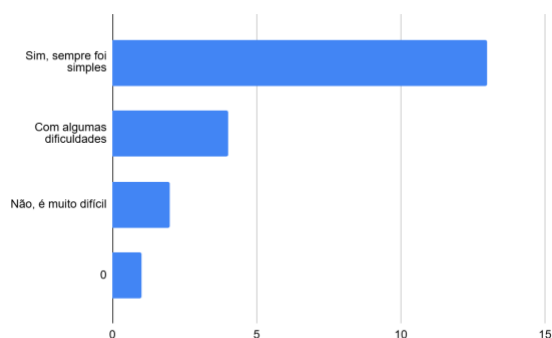
Fonte: dados da pesquisa

Essa limitação no acesso à informação gera incertezas e dificuldades na busca por direitos e serviços, pois muitos podem perder os benefícios por não saber de sua existência. A ausência de divulgação efetiva das ações públicas impede que a população participe ativamente da construção de uma educação mais justa e acessível (Aranha, 2016).

5.2.2 Matrícula escolar

Entre os participantes, 65% relataram que conseguir matrícula para crianças com deficiência é um processo simples, 20% encontram dificuldades e 10% ainda encontram desafios, tornando essa situação preocupante.

Figura 6 - Facilidade de matrícula

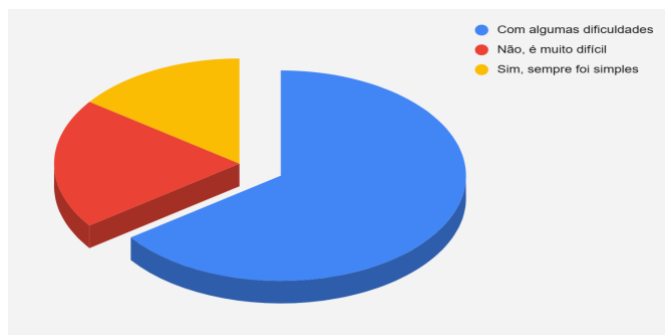


Fonte: dados da pesquisa

De modo geral, percebe-se que o processo de matrícula apresenta avanços importantes na garantia do acesso à escola, mas ainda carece de aperfeiçoamento para assegurar a permanência e o acompanhamento adequado.

5.2.3 Acompanhamento escolar

Figura 7 - acompanhamento escolar

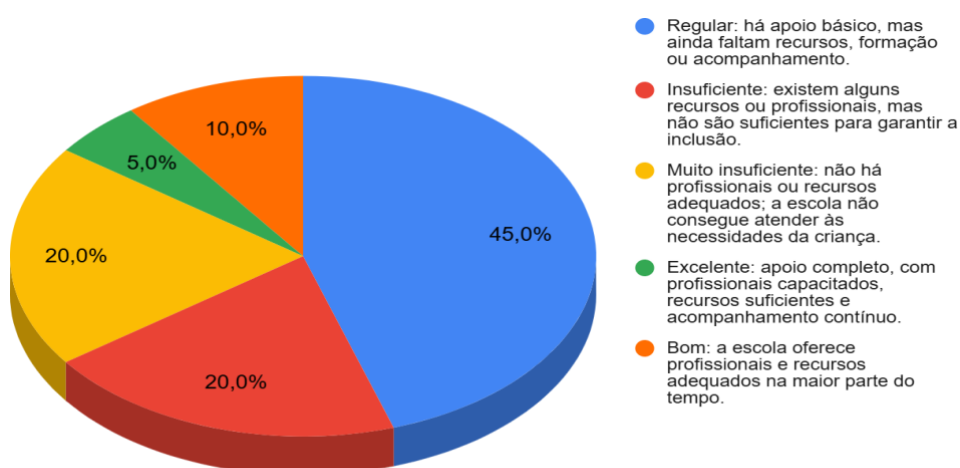


Fonte: dados da pesquisa

Existem diferenças entre inserção e inclusão, pois estar na escola não significa estar incluído. Esses dados mostram que apesar dos avanços legais o dia a dia das escolas ainda impõe barreiras para a inclusão. A inclusão requer acolhimento, acessibilidade e suporte pedagógico contínuo (Mantoan, 2017). O acompanhamento para crianças com deficiência ainda é uma problemática, 65% dos responsáveis dizem ter dificuldades para ter acesso a esses serviços, 20% afirmam ser muito difícil e 15% acham um processo simples. A maioria afirma que conseguir esse acompanhamento de perto ainda é um processo burocrático necessitando da insistência das famílias.

5.2.4 Avaliação do apoio escolar

Figura 8 - Avaliação do apoio escolar pelos pais



Fonte: dados da pesquisa

Quando convidados a avaliar a qualidade do apoio oferecido pela escola, incluindo professores de apoio, cuidadores e recursos pedagógicos, os pais destacaram avanços pontuais, mas também falam sobre a carência de estrutura e acompanhamento especializado regular. 45% avaliam o apoio oferecido como regular, pois existe somente o básico faltando recurso e acompanhamento. 20% Relatam esse apoio como insuficiente dizendo que existem alguns recursos ou profissionais, mas não são suficientes. 20% afirmam ser muito insuficiente pois não há profissionais ou recursos apropriados afirmando que a escola não consegue atender as necessidades das crianças. 10% consideram esse apoio bom afirmando que as escolas têm

profissionais, recurso e acompanhamento adequado e apenas 5% consideram esse apoio excelente com profissionais capacitados, recursos suficientes e acompanhamento.

Alguns relataram que, em determinadas escolas, há comprometimento da equipe pedagógica e boa comunicação com as famílias, enquanto em outras faltam profissionais e recursos básicos. A pública precisa superar o formalismo burocrático e priorizar as demandas reais das crianças e famílias (Américo, Carniel e Takahashi, 2014)

5.2.5 Percepção dos pais e responsáveis sobre inclusão escolar

Os depoimentos dos pais e responsáveis também mostram preocupação com a lentidão e a fragilidade das políticas públicas de inclusão escolar. Muitos relataram a ausência de professores de apoio e de acompanhamento especializado, fazendo com que a inclusão ocorra através das famílias. Mesmo com as críticas, alguns pais reconhecem que alguns profissionais se dedicam às crianças. Eles adaptam as atividades e fortalecem a parceria entre escolas e famílias através do diálogo. Além disso, os participantes destacaram a necessidade de melhorias na infraestrutura escolar, como rampas, banheiros adaptados, e de uma formação contínua para os professores. A gestão pública precisa investir em ações práticas e eficientes, evitando burocracias e priorizando as demandas reais de quem vive o dia a dia da escola (Américo, Carniel e Takahashi, 2014)

5.3 Síntese geral dos resultados

Analisando os dados dos questionários de forma conjunta é notório os avanços das políticas públicas para crianças no município de Redenção. Mas, ainda existem limitações que precisam ser superadas. No geral, os participantes da pesquisa reconhecem a importância das políticas públicas para o avanço da educação inclusiva, auxiliando no desenvolvimento de cada criança. As respostas revelam problemas estruturais persistentes, como falta de formação dos docentes, falta de investimento em materiais adaptados e apresentarem dificuldades de acesso à informação sobre o tema, além da precariedade na infraestrutura escolar. Portanto, os resultados da pesquisa apontam que o município de Redenção possui iniciativas relevantes voltadas à inclusão. Mas, é fundamental melhorar a infraestrutura escolar, e tornar a comunicação com as famílias mais eficientes. Com essas práticas, a inclusão acontecerá de forma efetiva no dia a dia das escolas.

6 CONCLUSÃO

O artigo analisou a influência das políticas públicas para crianças com deficiência no município de Redenção-Ce e de que forma elas afetam o desempenho escolar dessas crianças além de estudar as políticas já existentes percebendo os desafios que escolas, professores e famílias encontram para efetivar as políticas de inclusão. A partir da análise dos dados que foram coletados e do referencial teórico utilizado, percebeu-se que o município tem apresentado avanços relevantes de práticas inclusivas, especialmente por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado e do Apoio Pedagógico Especializado e do Plano Educacional Individualizado. Essas políticas contribuíram para que as crianças conseguissem não apenas acessar as escolas, mas para que elas consigam permanecer e desenvolver seu intelecto e o convívio social.

Entretanto, apesar dos avanços os resultados deixam evidentes que ainda existem muitos desafios que precisam ser superados para a efetividade das políticas públicas. A estrutura inadequada, falta de profissionais de apoio e de formação contínua para os professores deixam claro que as Diretrizes legais não fazem parte do cotidiano real das escolas municipais de Redenção-Ce. Também ficou evidente que a comunicação entre escola e família precisa ser aprimorada, pois é necessário fortalecer o diálogo e a parceria entre eles para o desenvolvimento satisfatório dessas crianças. Como foi exposto, inclusão escolar vai além da matrícula escolar, envolve um processo contínuo de acolhimento, acessibilidade e valorização do potencial de cada um.

Portanto, conclui-se que a educação inclusiva no município de Redenção-CE encontra-se em processo de construção. Mesmo com os avanços que já foram alcançados, ainda é necessário um árduo esforço do poder público, escolas e famílias para garantir a influência efetiva das crianças com deficiência, pois somente com políticas públicas que funcionem na prática, profissionais capacitados e estrutura física escolar adaptada é possível promover uma educação verdadeiramente equitativa e transformadora, capaz de respeitar as diferenças e assegurar o direito de aprender a todas as crianças.

7. REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. **Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 379-410, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/5R8YFpQDcFfsyFxsZmD8b3R/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: transformação social ou retórica? Inclusão: intenção e realidade**, v. 37, 2016.

ARANHA, Maria Salete Fábio; SCHERER, Simone. **Educação inclusiva: um estudo sobre políticas públicas e práticas pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2019.

BARBY, Ana Aparecida de O. M. **Inclusão de Alunos com Deficiência no Sistema Regular de Ensino: o Pensar dos Futuros Professores**. Curitiba: 2005. Dissertação de Mestrado, UFPR

BORDINHÃO, Jacqueline Pintor; SILVA, Elias do Nascimento. **O uso dos materiais didáticos como instrumentos estratégicos ao ensino-aprendizagem**. 20/10/2015. Disponível em: Acesso em: 06 de set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. **Cidades e Estados: Redenção (CE)**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/redencao.html>. Acesso em: 7 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas inclusivas e compensatórias na Educação de educação inclusiva.** Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

DIAS, Francine de Souza; MOREIRA, Martha Cristina Nunes; SILVA, Lenir Nascimento da. **Capacitismo e as barreiras estruturais à inclusão social das pessoas com deficiência.** Cadernos de Saúde Pública, v. 39, n. 6, 2023. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csp/2023.v39n6/e00068723/pt>. Acesso em: 21 ago. 2025. DONIDA, Lais Oliva; SANTANA, Ana Paula. **Apoio pedagógico como proposta de educação para todos.** Educação e Pesquisa, v. 45, p. e192527, 2019.

EASTON, David. **The Political System: An Inquiry into the State of Political Science.** New York: Alfred A. Knopf, 1953.

ELOSSAIS, Elias Afif. **Políticas públicas aplicadas ao ensino fundamental: consequências no desempenho dos alunos brasileiros no exame PISA. 2020.** Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) — Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Patrícia Ramos de. **O papel da gestão escolar na inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.** Monografia (Especialização em Gestão Escolar) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GORCZEWSKI, Clóvis; METZ, Lisandra Inês. **O princípio da acessibilidade como ferramenta concretizadora dos direitos das pessoas com deficiência:** um estudo baseado na Convenção sobre Pessoas com Deficiência/2007 e na Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência/2015. Anais do Congresso de Direito, Desenvolvimento e Cidadania da UNESC, *Criciúma*, n. 6, p. 1–17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/5845>. Acesso em: 1 nov. 2025.

HERINGER, Flávio Roberto de Almeida. Quantas políticas públicas há no Brasil? O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2018. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/555174>. Acesso em 10 set. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 7. Ed. São Paulo: Moderna, 2017.

NUNES, L.; SILVA, M. **Acessibilidade e cidadania: desafios urbanos para pessoas com deficiência.** 2. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-portuguese.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

POLITIZE. *A história dos direitos das pessoas com deficiência*. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/historia-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 out. 2025.

OLIVEIRA, Ana Valéria Castro de. **Políticas de inclusão educacional de crianças com deficiência em uma escola municipal de Redenção–Ceará**. 2022. Monografia (Graduação em Administração Pública) — Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

PEREIRA, Marília Silva. **Lei 7.611/2011 e 13.146/2015: a inclusão social das pessoas com deficiência e a garantia dos direitos fundamentais**. *Jus Brasil*, 3 dez. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/lei-7611-2011-e-13146-2015/2918068987>. Acesso em: 15 out. 2025.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES/UAB, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96914>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **Educação inclusiva no Brasil: avanços, desafios e práticas para uma escola para todos**. 2025. Monografia (Licenciatura em Matemática) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SILVA, Gleiciane Liberato da. **A inclusão dos alunos com deficiências nas escolas públicas de ensino fundamental: o caso do município de Redenção**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) — Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

SILVESTRE, Cleiver Elieth Ventura. **Políticas públicas para pessoas com deficiência: estudo comparativo Angola e Brasil**. 2017. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1037>. Acesso em: 22 ago. 2025

VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino**. 2014. 216f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014

Referências]

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Cidades e Estados: Redenção (CE). Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/redencao.html>. Acesso em: 7 nov. 2025.

AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. **Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 379-410, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/5R8YFpQDcFfsyFxsZmD8b3R/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: transformação social ou retórica? Inclusão: intenção e realidade**, v. 37, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Cidades e Estados: Redenção (CE). Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/redencao.html>. Acesso em: 7 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

EASTON, David. **The Political System: An Inquiry into the State of Political Science**. New York: Alfred A. Knopf, 1953.

HERINGER, Flávio Roberto de Almeida. Quantas políticas públicas há no Brasil? O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2018. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/555174>. Acesso em 10 set. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 7. Ed. São Paulo: Moderna, 2017.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **Educação inclusiva no Brasil: avanços, desafios e práticas para uma escola para todos.** 2025. Monografia (Licenciatura em Matemática) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 4. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.